

**TJDFT**

Poder Judiciário da União
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL E DOS
TERRITÓRIOS

CMI
COMITÊ MULTIDISCIPLINAR DE INCLUSÃO

Registro de Reunião

Data: 12 de dezembro de 2018

PARTICIPANTES

PARTICIPANTES	
Dr. Fábio Francisco Esteves	Magistrado Titular - Presidente
Simone Fernandes Cosenza	Coordenadora e Servidora titular
Alessandra Cristina de Figuerêdo Leite	Secretariado do Comitê
Marisa Tristan Lourenço Goes	Representante suplente da SERH
Tomaz de Aquino Vasco da Silva	Representante da SESA
Daniella Borges Mundim	Representante da Secretaria-Geral da Corregedoria
André Luiz Lima da Rocha	Representante da Coordenadoria de Segurança e Inteligência (CSI)
Vânia Pereira Prado Chiaratto	Representante da Secretaria-Geral
Elma Silvia Coelho Sousa	Representante suplente dos servidores com deficiência
Felipe Schiavon de Oliveira	Convidado Representante da Secretaria da Escola de Formação Judiciária
Marília Barbosa de Barcelos	Convidada Representante da Coordenação da Ouvidoria-Geral

**TJDFT**

Poder Judiciário da União
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL E DOS
TERRITÓRIOS

CMI
COMITÊ MULTIDISCIPLINAR DE INCLUSÃO

Rogério Martins Silva	Convidado Representante da Secretaria de Gestão da Informação e do Conhecimento
Filipe Trigueiro	Convidado – Servidor do Núcleo de Inclusão

Pauta:

- Explicação formativa sobre assuntos pertinentes à pessoa com deficiência;
- Apresentação dos dados consolidados do Plano de Ação 2018 (dados enviados pelas unidades);
- Apresentação do Plano de Ação do NIC 2019 (iniciativas encaminhadas pelos representantes das unidades);
- Assuntos gerais.

Registros:

Às 14h10 do dia 12 de dezembro de 2018, na sala de aula da Escola da Magistratura, deu-se início à reunião da Comissão Multidisciplinar de Inclusão – CMI.

Simone iniciou explicando como seria a dinâmica da reunião, uma vez que esta é a primeira a ser realizada no formato solicitado no último encontro, pelo Dr. Fábio. Foi esclarecido que a primeira parte será formativa, com exposição sobre o NIC, evolução histórica das conquistas da pessoa com deficiência em termos legais e conceitos importantes relacionados à questão da deficiência. Simone trouxe informações sobre o contrato de LIBRAS existente na Casa e apresentou os intérpretes de LIBRAS que estão presentes nessa reunião em virtude da participação do servidor do NIC, Filipe Trigueiro, que é deficiente auditivo e fará uma exposição nesse momento formativo.

Simone apresentou sua explicação através de slides e fez uma dinâmica com Filipe, para demonstrar a importância da acessibilidade.

Iniciando a segunda parte da reunião, Simone trouxe os dados consolidados do Plano de Ação 2018 enviados pelas unidades e os apresentou em slides.

Ao serem apresentados os dados da SESA, Dr. Tomaz falou sobre a avaliação da perícia, no novo modelo biopsicossocial.

A servidora Elma trouxe a sua experiência junto à perícia e sua preocupação com relação à imparcialidade da avaliação, a depender do entendimento da gestão da Casa, ao passo que Dr.



TJDFT

Poder Judiciário da União
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL E DOS
TERRITÓRIOS

CMI
COMITÊ MULTIDISCIPLINAR DE INCLUSÃO

Tomaz traz também a questão da importância da isenção da parte do servidor periciado, pois o que é observada é a questão dentro dos parâmetros médicos.

Dr. Fábio ponderou que há realmente a necessidade de isenção de ambas as partes e sugeriu, para fazer parte do Plano de Ação 2019, tratar sobre essa questão a fim de garantir a isenção dessa análise.

Sugeriu ainda, Dr. Fábio, a confecção de uma cartilha e de material institucional (exemplo: vídeo, material escrito, ...) para disseminar internamente e também para a sociedade a cultura das questões relativas à pessoa com deficiência, pois precisamos compreendê-la como um fenômeno e não como uma questão pontual. Em sua opinião, a sociedade tem que fazer parte da discussão institucional, para desconstrução das ausências e para que estas deixem de ser normalizadas. É preciso enfrentar o estranhamento.

Simone continuou a apresentação dos planos, fazendo apenas uma leitura, sem explanação. Em seguida, finaliza a reunião perguntando se algum membro gostaria de fazer alguma colocação e, diante da negativa, encerrou a pauta.

Dr. Fábio, por último, falou da importância da questão da pessoa com deficiência e se dirigiu ao grupo dizendo que conta muito com a colaboração de todos para que o TJDFT seja um exemplo de prática de inclusão.

Nada mais havendo a tratar, o Presidente encerrou a reunião às 15h54. A presente ata, por ser expressão da verdade, segue assinada pelo Senhor Juiz de Direito Fábio Francisco Esteves e pelos demais membros presentes.